
A comissão encarregada da homenagem à comunidade negra no Biênio da Colonização e Imigração no Estado do Rio Grande do Sul, em 1974

The commission of tribute the black community in the Biennium in the Colonization and Immigration in the State of Rio Grande do Sul in 1974

*Arilson dos Santos Gomes**

Resumo: Este trabalho visa contribuir para o protagonismo político negro, bem como para demonstrar a participação de seus representantes nas atividades alusivas ao Biênio da Colonização e Imigração no Estado do Rio Grande do Sul. Estado que, mesmo com as efusivas manifestações europeias, por intermédio dos seus parlamentares, reconheceu a importância dos afrodescendentes na formação cultural desse território. Na ocasião, o deputado negro Carlos da Silva Santos foi convidado a integrar a Comissão do Negro nas atividades. Por meio dos anais da Assembleia Legislativa e de bibliografia pertinente, pretende-se problematizar nuances dessas homenagens. Conclui-se que a atividade possibilitou o reconhecimento oficial da identidade negra e da trajetória política de Carlos da Silva Santos na história sul-rio-grandense. **Palavras-chave:** Carlos da Silva Santos. Análise de Discurso. Nova história política.

Abstract: This work aims to contribute to the black political leadership, as well as to demonstrate the participation of its representatives in allusion the Biennium of Colonization and Immigration in Rio Grande do Sul State. Official activity that recognized the importance of black identity in the cultural formation of this territory. On occasion, the black congressman Carlos da Silva Santos was invited to join the organization committee in the activities. Through the annals of the Legislative Assembly and the relevant literature, we intend to examine their participation, concluding that the activity allowed the official recognition of the black community as well as policy trajectory in Carlos Santos in the history of the State of Rio Grande do Sul.

Keywords: Carlos da Silva Santos. Discourse Analysis. New political history.

* Mestre e Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor na Faculdade Porto Alegrense (Fapa). Professor de História no Magistério Público (Seduc-RS) e na Rede Municipal de Educação de Alvorada – RS. E-mail: arilsondsg@yahoo.com.br

Carlos da Silva Santos (doravante Santos), destacado parlamentar afro-brasileiro entre os anos de 1930 e 1980, nasceu em 1904, na cidade litorânea de Rio Grande, território de origem do Estado do Rio Grande do Sul.¹ Em sua infância, Santos conviveu com necessidades de afirmação de uma família negra em um contexto pós-abolicionista.

A origem familiar de Santos, no entanto, foi em Pelotas, cidade vizinha de Rio Grande, espaço em que surgiu, segundo Beatriz Loner (2013), a primeira geração da família Silva Santos, constituída por dois africanos – José e Rosa – os quais, quando livres, assumiram os nomes: José da Silva Santos e Rosa da Costa Feijó. Loner (2013) constatou esses indícios por meio de investigações e do cotejamento de escassas fontes, auxiliadas por relatos de membros antigos, ainda vivos, da família. Contudo, a pesquisadora citou as dificuldades de definição da origem de José e Rosa, se eram africanos desembarcados na cidade ou alforriados nascidos no Brasil.

Manoel Conceição da Silva, filho do casal, nascido por volta de 1831, foi carpinteiro. Em 1860, morando na cidade de São Francisco de Paula, atual Pelotas, casou-se com Maria José dos Santos, filha de Manoel Antônio de Abreu e Balbina Maria da Conceição. Manoel Conceição da Silva, avô de Santos, foi abolicionista, proprietário do jornal *A Voz do Escravo*, fundado em 16 de janeiro de 1881, sendo muito respeitado e considerado pela sociedade local, inclusive por suas posses.

Manoel e Maria José tiveram dez filhos, a maioria deles sujeitos influentes no meio negro de Pelotas e no meio operário de Rio Grande, sendo as mulheres professoras de música, e os homens líderes abolicionistas. José da Silva Santos, um dos filhos, mudou-se para Rio Grande, onde foi professor em sociedades operárias e líder em associações étnicas do município. Outro que mudou para Rio Grande foi Manoel Ramão Conceição dos Santos (1865-1905), pai de Carlos da Silva Santos.

Manoel Ramão era carpinteiro, e Saturnina Bibiana da Silva Santos, a mãe, era professora de música e organista da igreja matriz de São Pedro. (CLEMENTE; BARBOSA, 1994, p. 12). Essas profissões eram comuns à origem familiar dos Silva Santos. Outro ponto a destacar sobre as relações da família foi a aproximação com a igreja, tanto para professar a fé quanto para negociação política. Seria essa relação uma estratégia de sobrevivência?

As informações quanto à profissão do seu pai e de sua mãe demonstram que Santos era oriundo de um núcleo familiar estruturado

e protagonista na mediação política a favor das comunidades negras durante e após a escravidão, ocorrida em Pelotas, no ano de 1884. Essa condição, próxima da igreja matriz local, somada às técnicas laborais e à participação associativa, diferentemente da maioria da população negra que após a liberdade permaneceu sem assistência social, fez a diferença para a manutenção material da família.

Em Rio Grande, em 1888, havia 3.710 estrangeiros na população total do município, sendo quase a metade dela composta de portugueses, depois apareceram os italianos, alemães, franceses e ingleses. Esses estrangeiros corresponderiam a 18,3% da população total, enquanto 5.573 eram negros ou pardos (27,48%). (LONER, 1999, p. 67), correspondendo à expressiva demografia afrodescendente.

De maneira abrangente, no pós-abolição brasileiro, o negro libertado recebeu poucos incentivos de inserção por parte do Estado, além da discriminação racial cotidiana. Contudo, no caso do Rio Grande do Sul, Loner (1999) destacou que, nos Municípios de Rio Grande e Pelotas, a integração dos libertos negros ocorreu nas indústrias, sendo esses integrados ao operariado, diferentemente do que ocorreu no centro do País que optou pela mão de obra imigrante.

Todavia, foi fundamental o apoio pontual aos pais de Santos pela igreja matriz de São Pedro, já que sua mãe tocava órgão nos cultos e missas realizados pela paróquia. Essa situação fez a diferença na formação de Santos, já que, em virtude dos contatos e com o auxílio da fé cristã, obteve um fio condutor moral às suas práticas culturais, políticas e materiais.

Profissionalmente, na função de caldeireiro,² Santos trabalhou em estaleiros navais e, em virtude de seus talentos oratórios, tornou-se líder sindical além de ter participado de associações étnicas. (LONER, 2013). Entre 1935 e 1937, assumiu como deputado classista, representando os operários de Rio Grande na Assembleia Legislativa do Estado, em Porto Alegre.³ Durante sua permanência como classista, fundou sindicatos em diversas cidades do Rio Grande do Sul, além de ter participado de congressos trabalhistas no Rio de Janeiro.

Com o decreto do Estado Novo (1937), retornou à terra natal para trabalhar na função de delegado escolar na Escola Lemos Júnior, onde passou a cuidar do cotidiano administrativo daquela instituição. Lá acompanhou os desfechos da Segunda Guerra Mundial e a capitulação das ideias nazistas, bem como as negociações de Getúlio Vargas (1882-

1954) com os países beligerantes. Na ocasião, o presidente do Brasil, Gen. Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) decidiu-se pelas ideias liberais vinculadas aos Estados Unidos da América.⁴

Com o final do Estado Novo, Santos concorreu ao parlamento sul-rio-grandense pelo Partido Social Democrático (PSD), em 1947, ficando na suplência do deputado Tarso de Moraes Dutra (1914-1983), assumindo a vaga em três ocasiões.

Com dificuldades para estudar, já que estava trabalhando desde os 11 anos de idade, em 1951, aos 46 anos, formou-se em Direito, na época, pela Faculdade de Pelotas da Universidade do Rio Grande do Sul.⁵ Nesse mesmo ano, Getúlio Vargas, principal líder do trabalhismo, retornou como presidente eleito, até 24 de agosto de 1954, quando se suicidou.

Contudo, foi no trabalhismo que Santos encontrou campo às suas reivindicações, já que o programa político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) contemplava aspectos alusivos às questões raciais e à harmonização das classes. Como católico fervoroso (CLEMENTE, 1994), pregava o equilíbrio nas relações sociais e a importância da família.

Santos foi deputado estadual em outras quatro ocasiões. Primeiro, nos quadros do PTB, por duas vezes, na 40^a e 41^a legislaturas (1959-1962 e 1963-1966) e, após o Golpe Civil-Militar, no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), novamente, por duas vezes (1966-1970 e 1971-1974), na 42^a e 43^a legislaturas. Foi governador interino em 1967, em duas ocasiões. De 1975 até 1982, Santos exerceu o cargo de deputado federal, perfazendo 50 anos de carreira pública. Faleceu em Porto Alegre no ano de 1989.

Em 29 de novembro de 1974, Santos realizou sua última ação no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul,⁶ em decorrência de convite para participar da Comissão de Homenagens ao Biênio da Colonização e Imigração.⁷

Este trabalho visa contribuir para o protagonismo político negro, bem como para demonstrar a participação de seus representantes nas atividades alusivas ao Biênio da Colonização e Imigração no Rio Grande do Sul, estado que, mesmo com as efusivas manifestações europeias tradicionais, por intermédio dos seus parlamentares, reconheceu a importância dos afrodescendentes na formação cultural desse território.

Mas quais foram as possíveis intencionalidades da alusão à identidade negra nessa atividade? Quais os motivos que levaram Santos a presidir a Comissão de Estudos do Negro? Será que a atividade possibilitou o reconhecimento oficial da identidade negra, bem como da trajetória política de Santos em favor das populações negras locais?

Estudar a trajetória política de representantes no parlamento possibilita compreender como determinadas demandas atinentes a reivindicações dos grupos, sejam essas cobranças jurídicas, sejam sociais, podem se transformar em políticas públicas.

A perspectiva teórico-metodológica deste artigo aponta à renovação da história política (RÉMOND, 2003), visto que o estudo será desenvolvido a partir da análise de discurso do parlamentar e das tensões sociais do contexto. Para Orlandi (2001, p.10), no momento em que o sujeito diz o que diz, ele se assume como autor. Seus sentimentos, seus desígnios, suas expectativas e sua determinação são identificados. O sujeito é determinado pela exterioridade, pela formulação discursiva, passível de contradições. Ainda segundo a autora, tratar a questão da ideologia é criar condições teóricas e metodológicas para observá-la; é observar o funcionamento do discurso.

As fontes documentais consultadas, anais, são oriundas de acervos localizados no Memorial da Assembleia Legislativa do RS, correspondências pessoais localizadas em acervo pessoal de José Domingos Alves da Silveira, além de uma entrevista com Neiva Santos da Silva, filha de Santos. Serão investigadas, quantitativa e qualitativamente, suas intervenções realizadas na Assembleia com as demais fontes, a fim de atingir os objetivos da pesquisa histórica, destinados a examinar os discursos pronunciados pelo deputado por ocasião do Biênio da Colonização e Imigração.

Nos últimos anos, pesquisadores da história política têm se debruçado nos acervos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, abordando temáticas referentes às dinâmicas e à conjuntura político-social a partir dos discursos dos deputados gaúchos. Luiz Henrique Torres (2004), Cláudio Pereira Elmir (2005) e Flávio M. Heinz (2005) abordaram questões relevantes da política sul-riograndense em meio às fontes investigadas na Assembleia. Suas problemáticas, formuladas por meio de temas, como democracia,

autoritarismo e abertura política durante a trajetória republicana do Estado, foram importantes à elaboração desta proposta.

O Biênio da Colonização e Imigração no Estado do RS e a produção histórica

O Biênio da Colonização e Imigração no Rio Grande do Sul, comemorado em 1974-1975 constituíram-se em homenagens oficiais do estado para os grupos que contribuíram para a formação cultural, econômica, política e social deste Rio Grande gaúcho. Na ocasião, comemoravam-se o sesquicentenário da imigração alemã (1824), o centenário da imigração italiana (1875) e os 340 anos da entrada do negro no Rio Grande do Sul (1635).

Diante dessas iniciativas, patrocinadas pelo estado, ocorreram concursos de monografias (pesquisas) sobre os grupos integrantes das homenagens do biênio: os alemães, os italianos e os negros. Os vencedores com direito a publicar suas pesquisas foram: Carlos H. Hunsche, com o livro: *O biênio 1824/25 da colonização alemã no Rio Grande do Sul: Província de São Pedro* (1975), Olívio Manfroi: *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais* (1975) e a obra de autoria de Cláudio Moreira Bento, prefaciada por Santos, intitulada: *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul* (1976). Todos eles foram publicados pelo Instituto Estadual do Livro do Estado do Rio Grande do Sul (IEL).

Quanto às imigrações para o estado, a primeira foi a dos alemães. Em 1824-1925 ocorreu a vinda dos imigrantes da região que, a partir de 1871, seria denominada Alemanha. Os primeiros indivíduos a aportarem na região de São Leopoldo eram das seguintes localidades: Hunsruck, Saxônia, Wurtteerg e Saxônia-Coburg. Após, vieram da Renânia, Pomerânia, Silésia, Boêmia, Westfália, Holstein, etc.

Esses grupos se fixaram, sobretudo, em Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo, Nova Petrópolis, Teutônia e São Lourenço todos municípios sul-rio-grandenses. Aqui, esses imigrantes trabalharam na pequena propriedade rural e até como força militar, entre mercenários e tropas regulares. (FLORES, 2008, p. 10).

Aliás, concordando com René Gertz (2011, p. 243), “até os indígenas que habitavam o território que veio a se constituir o Rio Grande do Sul provinham de um processo de migração, isso significa que, a rigor, nesse estado, ninguém é ‘autóctone’”.

Contudo, também como aponta Gertz (2011, p. 244), quando pesquisou a segunda fase do processo de imigração e colonização, iniciado nos idos de 1870, já se pode afirmar que entram em nosso estado, para colonizar, imigrantes alemães, pois a Alemanha viria a se constituir como um Estado Nacional.⁸

Não se pretende, neste trabalho, aprofundar como e em que condições ocorreram as imigrações para o estado gaúcho, embora seja uma característica importante para a compreensão dos estudos étnicos. Todavia, apontam-se, nesta discussão, às bases para interpretar as comemorações instituídas na Assembleia por ocasião da efeméride da imigração e da colonização.

No mesmo ano do Biênio da Colonização e Imigração, ocorreram as comemorações do Sesquicentenário da Imigração Alemã, que tinha como finalidade demonstrar (e exaltar) como ocorreu a vinda desses imigrantes para o Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio do concurso estadual citado, foi lançado pelo IEL, a obra: *O Biênio 1824-25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul – Província de São Pedro*, de Carlos H. Hunsche (1975), contendo informações e pesquisas gráficas embasada nas fichas do Arquivo Nacional, referentes aos 1.027 colonos entrados no Rio Grande do Sul, nos anos de 1824 e 1825.

A monografia de Carlos Hunsche (1975) defendeu que a imigração e a colonização alemãs no Rio Grande do Sul ocorreu por meio de 11 levas chegadas a São Leopoldo, enfatizadas pelo autor como a colonização mais bem-sucedida do País.

Em virtude, principalmente, de aspectos ligados ao clima, à vegetação e às florestas (que eram, segundo o autor, familiares ao *habitat* germânico), além de um sistema de produção baseado na pequena propriedade agrícola, esses elementos possibilitaram o desenvolvimento germânico no Rio Grande do Sul.

Porém, o autor – em que pesem todos esses fatores – afirmou que, sem dúvidas, o fator mais importante foi a constelação humana que existiu no começo da colonização e que, “nesta forma ideal, nunca mais se repetiria durante toda a história da imigração e colonização alemã no Brasil”. (HUNSCHÉ, 1975, p. 16).

Hunsche (1975) se referia a personalidades como o Major Jorge Antônio Schaffer, responsável pelas primeiras levas de imigrantes que

chegaram em navios, o Monsenhor Pedro Machado Miranda Malheiro, nomeado Inspetor da Colonização Estrangeira e o Dr. João Daniel Hillebrand, diretor da Colônia Alemã de São Leopoldo.

Esses imigrantes, a exemplo dos africanos, porém em condições diferentes, aportaram no estado gaúcho por via marítima a bordo do navio *Germânia*, do veleiro *Friedrich* e de barcos veleiros como o *Wilhelmine*, um transatlântico.

A respeito da imigração italiana, Olívio Manfroi (1975), em sua monografia, também escolhida para publicação, mas sobre os italianos, disse que “o fato mais impressionante e original das colônias italianas do Rio Grande do Sul foi a reconstrução cultural, em terras gaúchas, dos vilarejos italianos”. Além disso, “a reação dos imigrantes colocados em meio da floresta virgem, abandonados às próprias forças e iniciativa isolados da sociedade” foi um caso raro na civilização.

Mas não foram somente os europeus que adentraram no Rio Grande do Sul. O povoamento humano nas mediações de Rio Grande teve início com grupos caçadores e coletores indígenas, de tradição Umbu, pré-ceramistas, há cerca de 12 mil anos. O último povoamento pré-colonial foi feito pela tradição Tupi-Guarani, ceramistas e horticultores que deixaram a Amazônia há mais de 2 mil anos, também povoando a Argentina, aproximadamente há 800 anos.

A origem do município rio-grandino se confunde com o início do estado. Entre 1680 e 1777, com o início das disputas coloniais, Portugal e Espanha mantiveram relações bélicas para conquistar a região do atual Estado do Rio Grande do Sul.

A ocupação dessas terras ocorreu, primeiramente, com a fundação da Colônia de Sacramento às margens do rio da Prata. Na expedição de fundação dessa colônia, em 1680, estiveram presentes 60 negros, 48 escravizados pertencentes a D. Manuel Lobo. Ressalta-se a participação de afrodescendentes nas tropas de ocupação desse território. (TORRES, 2004; KUHN, 2002).

A presença da população negra junto à barra de Rio Grande até as proximidades de São José do Norte, cidade vizinha, perdurou desde a frota de João Magalhães, entre 1725 e 1733. Em 1737, sob o comando do brigadeiro Silva Pais, por ser uma região em disputa, Portugal ocupou definitivamente Rio Grande, construindo uma fortaleza e uma colônia de povoamento. Em 1751, a povoação foi elevada à categoria de vila,

com a instalação de uma Câmara e a definitiva institucionalização do domínio político português. (TORRES, 2004; KUHN, 2002).

Para Torres (2004), Rio Grande se projetou como um laboratório de experiências culturais, biológicas e de complexas relações entre soldados, europeus, açorianos, negros e grupos indígenas, assumindo diversos papéis. Todavia, após o fim da escravidão dos indígenas, o comércio de escravizados negros tornou-se prática comum, sobretudo pela presença de um elevado número de pequenos comerciantes responsáveis pelo funcionamento desse mercado, negociando diretamente com o mercado do Rio de Janeiro. Entre 1788 e 1802, entraram na região 3.294 escravizados, e de 1809 a 1824, 6.984 pessoas. (BERUTE, 2007, p. 153-166).

Visando à composição de uma comemoração mais diversa, já que o contexto exigia, sendo a relação diplomática com a África-Lusa uma realidade, nada mais pertinente do que o Estado incorporar os descendentes de africanos nessas alusões.⁹

O ano de 1974, no dia 15 de março, foi marcado pela *posse* do novo general-presidente, Ernesto Geisel (1907-1996), substituindo Emílio Garrastazu Médici(1905-1985), que estava à frente do Executivo desde 30 de outubro de 1969. Ernesto Geisel assumiu um país em crise, diferente dos anos de desenvolvimento que ocorriam desde o final de 1967.

Com a crise econômica internacional, a partir de 1974, o governo Geisel redefiniu as funções supletivas da política externa ao nacionalismo de fins: a diplomacia buscou a cooperação e expansão do comércio exterior. (CERVO; BUENO, 2002, p. 347).

Essa crise estava relacionada diretamente à produção de petróleo. Ocorreu a necessidade de atrair e procurar parceiros externos para sanar a carência de combustíveis, bem como para vender nossos manufaturados. O continente africano surge como alternativa, e a identidade negra brasileira passa a representar, novamente, o vínculo cultural-político com o continente, o que antes estava limitado pela democracia racial.¹⁰

Aliás, o político, além de elogiar a democracia racial brasileira, denuncia o *barbarismo* racista identificado nos Estados Unidos da América no período,¹¹ ou seja, o fato de, aparentemente, no Brasil, os negros, na época, não serem espancados ou acompanhados pela Polícia ao entrarem em escolas e em espaços públicos, era reconhecido como prova incontestada do *consenso racial*.

Santos era avesso a algumas políticas de reparação (como, por exemplo, das “Ações Afirmativas” tão discutidas, atualmente, em nosso país) por acreditar que a melhora do grupo negro se daria por meio de seus próprios esforços, obviamente, influenciado pelas crenças da democracia racial, pensamento que ele mudaria nos anos 70 (séc. XX).

Santos e sua participação em sociedades negras

Em pesquisas no jornal *O Exemplo*, José Antônio dos Santos (2011) localizou a “Liga de Futebol José do Patrocínio”, formada por negros do estado que circulavam por diversas regiões para a prática esportiva e a disputa do certame. O “S. C. Rio Negro”, que representava a comunidade negra da cidade de Rio Grande, tinha sido fundado em 16 de janeiro de 1919, tendo sido localizado entre os seus dirigentes Carlos da Silva Santos (Santos), com apenas 15 anos de idade. (SANTOS, 2011, p. 189-180).

Em Pelotas, Santos manteve contato com a “Frente Negra Pelotense” e, por meio dessa com a “Frente Negra Brasileira”. Em correspondência transcrita no jornal *A Alvorada*, datada de agosto de 1934, confirmam-se as relações políticas, inclusive, o tribuno deixou transparecer que havia um simpatizante da organização, recebendo convite para participar de seus quadros e a participar da criação de um núcleo da associação em Rio Grande,¹² fato que não ocorreu.

Porém, a outra *frente*, a de Pelotas, participou de congresso organizado por Gilberto Freyre (1900-1987) no Recife – PE, em 1934, tendo como representante Barros “O Mulato” que denunciou, em sua comunicação, o descaso social para com as mulheres negras. Nos outros encontros citados, embora o movimento fretenegrino tenha encerrado sua atuação quando da decretação do Estado Novo de 1937, seus participantes apresentaram estudos e teses denunciando o preconceito e a discriminação racial existentes na sociedade brasileira entre as décadas de 1930 e 1950.¹³

Santos, no intuito de continuar colaborando com sua comunidade, fundou, no dia 11 de junho de 1936, o Centro Cultural Marcílio Dias. A instalação oficial do centro ocorreu no Teatro 7 de Setembro, na cidade de Rio Grande. Conforme entrevista com Neiva Santos da Silva (1930), filha de Santos,

lá em Rio Grande o clube de coração dele era o “Braço é Braço”, clube carnavalesco. Quando moço, ele saía no clube no carnaval, já o clube Marcílio Dias era a menina dos olhos dele lá, ele falava sobre a raça e sobre a cultura, funcionava lá um grupo escolar. (SILVA, 2007, s/p).

Sobre o “Centro Cultural Marcílio Dias”, provavelmente respondendo a algumas inquietações de pessoas preocupadas com as divisões raciais no Brasil, já que o clube foi fundado basicamente para alfabetizar negros, Santos, em discurso na Rádio Farroupilha, no dia 21 de abril de 1936, enfatizou:

Não é demais repetir: nós não somos como muitos julgam, promotores de um movimento antipático de racialidade que o Brasil não comportaria, antes ao contrário, queremos à luz divina do facho inflamante da alfabetização e da instrução, ministradas a todos os brasileiros sem distinção de cor, classe ou credo [...]. Bandeirantes da Alfabetização dos Brasileiros de Cor, principalmente, porque do meio destes pela errônea concepção de inferioridade, produto em grande parte pela falta de instrução. (SANTOS, 1937, p. 61, grifo nosso).

Portanto, mesmo defendendo a comunidade negra, Santos jamais pensou em fomentar uma sociedade dividida racialmente, mas em projetar o seu grupo de modo que atingisse uma condição igual de oportunidades a partir da instrução e da busca de méritos.

Quanto às sociedades carnavalescas, por dez anos, Santos participou do Clube Carnavalesco “Braço é Braço” como apontado também por Loner (1999), além de ter sido orador oficial do cordão, já que antes de festas e bailes, ele tinha como intenção a ascensão de sua comunidade, segundo suas próprias palavras: “Não era o carnaval o motivo da minha atividade ali; um ideal superior e uma aspiração mais nobre eu deixava transparecer através das minhas palavras: o soerguimento moral e cultural da minha raça”. (SANTOS, 1937, p. 2).

Nesse sentido, ele ensinava no seio de sua família e aprendia e ensinava nas associações negras o que o negro deveria fazer para vencer e conquistar os seus sonhos, os seus ideais.

Em família ele incentivou constantemente os seus, de acordo com Neiva Santos da Silva: “Ele sempre aconselhava a estudar e a lutar, sempre aconselhava que o negro devia vencer pelo estudo, ele sempre incentivava

a lutar para se igualar, condições todos temos, não estudou por que não quis, porque [com] condições a pessoa vai à luta e consegue.”¹⁴

Santos era referência na década de 1950 para a imprensa negra pelotense, principalmente para os organizadores do jornal *A Alvorada*, que motivava seus leitores, a comunidade negra, a estudar para melhorar as suas condições econômicas e sociais. (SANTOS, 2000, p. 93).

Mesmo com sua mudança para Porto Alegre, Santos continuou a participar de associações de negros e a defender os ideais relacionados à comunidade negra.

As práticas políticas de Santos na Assembleia Legislativa

Das 318 intervenções realizadas por Santos como deputado estadual, entre 1959 e 1974, 41, ou 12,89% – foram sobre as demandas da identidade negra,¹⁵ perfazendo uma considerável mediação política em torno dessas causas. Pode-se afirmar que esse deputado foi um tradutor das demandas políticas da identidade negra. (BERSTEIN, 2003).¹⁶

Enfatiza-se que a ação e o discurso são as formas com que os seres humanos aparecem uns aos outros. Uma vida sem discurso e sem ação é literalmente morta para o mundo, deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens. O agir, em seu sentido mais geral, significa tomar iniciativa, intervir, iniciar, começar, conduzir e, finalmente, governar, imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*). (ARENDRT, 2011, p. 220-221).

Santos acreditava na democracia racial brasileira, porém, com o tempo, devido a situações de discriminação racial em clubes negros, o parlamentar passou a questionar as relações raciais cotidianas existentes. Santos denominava as práticas discriminatórias de “pruridos racistoides”.¹⁷

Santos, com tristeza e revolta, subiu à tribuna, no dia 4 de fevereiro de 1965, para – como primeiro orador inscrito – denunciar os “estúpidos inimigos da nação” da cidade de Pelotas – RS, por não terem permitido a entrada de Francisco de Paula Soares, vereador da cidade, e de mais dois amigos negros no Oásis Praia Club, pois, como disse,

venho hoje a minha tribuna sob impulso de um sentimento de um misto de tristeza e revolta para verberar a estupidez dos “pruridos racistóides” dos proprietários do “Oásis Praia Club” situado no Balneário Balverde, na fidalguia, democrática e hospitaleira terra pelotense. Noticiou a Zero-Hora de ontem que o Vereador Francisco de Paula Soares, figura destacada na Câmara Municipal e dos meios comerciais de Pelotas, teve, com mais dois amigos sua entrada proibida naquele clube pura e simplesmente pela coloração pouco clara de sua epiderme. (ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, dez. 1964/fev. 1965, v. 182, p. 273-274, grifo nosso).

Nota-se que Francisco de Paula Soares era vereador, portanto com condições econômicas para frequentar o clube. Santos acreditava muito que, com as questões econômicas estabelecidas, poucas possibilidades restariam aos problemas raciais e acreditava que, depois desse episódio, ele notaria, mais uma vez, que os “pruridos racistóides” aconteciam para além das questões econômicas. Seguindo sua intervenção, lê-se:

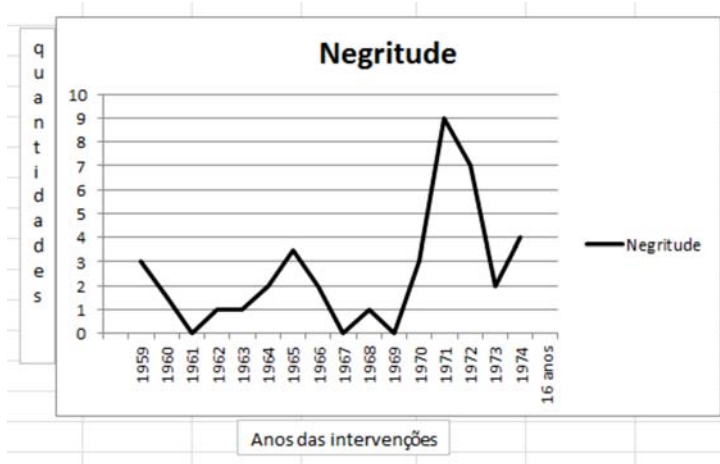
Ocorre que o referido edil e seus companheiros adquiriram os ingressos que lhes foram vendidos por outro vereador, para um churrasco no domingo último, naquele clube praiano. Ao se apresentarem, porém, no local de reunião, o porteiro e vice-presidente da entidade num gesto revoltante de requintado racismo alegaram que a entrada ali era vedada a pessoas de cor, embora portadoras de ingresso cujo valor entretanto, não lhes foi devolvido [...] o vereador e seus amigos levaram o caso aos tribunais a fim de que os donos do clube arianófolo respondam perante a justiça. (ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, dez. 1964/fev. 1965, v. 182, p. 273-274).

Já, em seu último mandato como deputado estadual (1971-1974), as questões étnicas superaram as demais atividades do deputado no parlamento. Na sua trajetória como deputado estadual, o parlamentar manteve uma extensa agenda política que contemplou, além da identidade negra, outras intervenções.¹⁸

O contexto da década de 1970 possibilitou o uso da tribuna por Santos para referenciar as comunidades negras sul-rio-grandenses, brasileira e africana, personalidades simbólicas e efemérides históricas, como o enterro digno dos restos mortais da Princesa Isabel, o centenário de morte do poeta Castro Alves, o “Dia Internacional de Luta Contra o

Racismo”, a alusão a *Zumbi dos Palmares*, a independência dos países africanos de língua portuguesa, o Biênio da Colonização e Imigração no Estado do Rio Grande do Sul. Além dessas, inúmeras personalidades negras foram citadas em suas intervenções, no contexto do civismo, possibilitado, pela Assessoria das Relações Públicas dos Militares,¹⁹ bem como a crise do petróleo, época em que os mercados africanos tornaram-se necessários à economia nacional, possibilitaram o aumento de intervenções a favor da identidade negra e das nações africanas.

Gráfico 1 – Intervenções de Santos sobre a identidade negra (1959-1974)



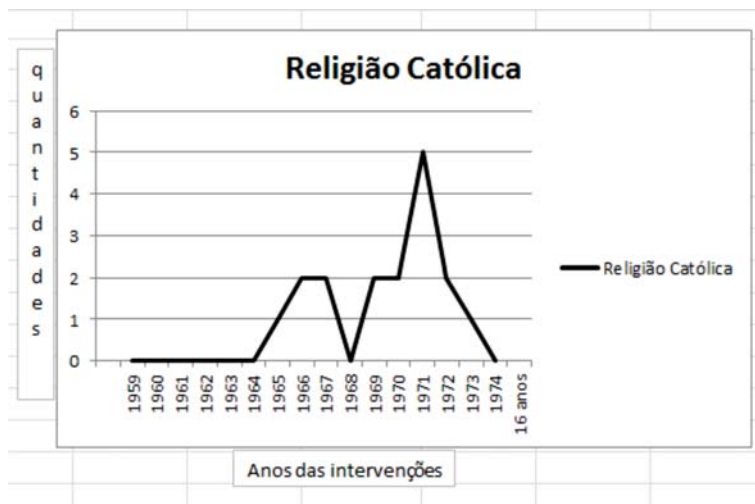
Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Todavia, desde o seu primeiro mandato como deputado estadual, Santos levantou a bandeira da negritude, não sendo, segundo ele, a negritude ideológica desenvolvida no período, mas a de afirmação da identidade negra, que, no nosso entender, fortalecia a ideologia política da negritude nas práticas políticas de Santos.²⁰

Nesse contexto de autoritarismo, eram complicados as pressões e os problemas enfrentados quanto aos debates referentes à discriminação racial, pois, como afirmou José Correia Leite, fundador da organização negra “Frente Negra Brasileira”,²¹ em entrevista por ocasião das homenagens aos 80 anos da abolição: “Falar de racismo era tabu”. (CADERNOS BRASILEIROS, 1968). Devido a isso, acredita-se que, para

enfrentar o preconceito, bem como as dificuldades da época, o parlamentar utilizou sua fé como forma de fortalecimento. Nota-se que os discursos católicos e sua crença aumentaram consideravelmente, do meio para o final de sua última legislatura.

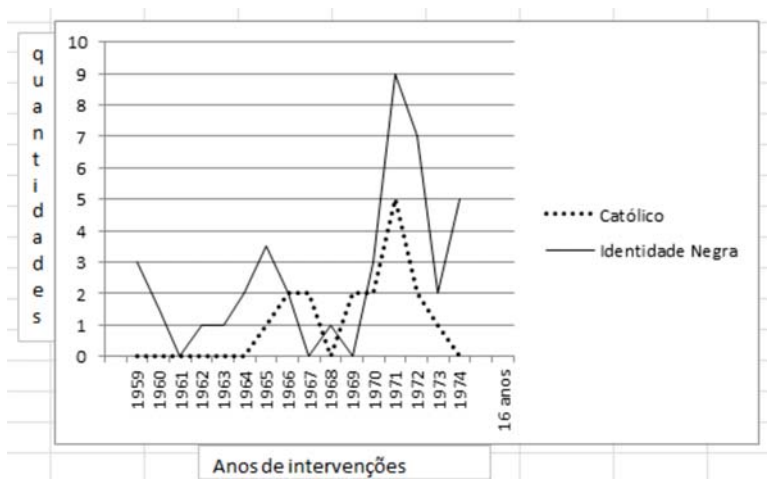
Gráfico 2 – Intervenções católicas (1959-1974)



Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Essa relação entre as demandas da identidade negra e a fé católica fica mais evidente no próximo gráfico, em que as duas linhas aumentam conjuntamente na sua última legislatura (1971-1974). Se se analisar, o início de sua trajetória como deputado estadual, foi somente após seis anos de mandato que o parlamentar citou o catolicismo. E isso não por coincidência, pois no Golpe Civil-Militar, a Igreja, como outros setores civis, conseguiu estabelecer, não sem tensões, um diálogo com os militares. Entretanto, salienta-se que o catolicismo era seguido desde a origem familiar do deputado, conforme pode ser observado no início deste artigo, estabelecendo-se como um importante elemento de negociação política nesse conturbado contexto autoritário.

Gráfico 3 – Comparações entre intervenções católicas e identidade negra (1959-1974)



Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

A Comissão em Homenagem ao Negro no Biênio da Colonização e Imigração (1974)

Para representar a contribuição dos africanos à formação cultural, política e social, convidou-se o parlamentar negro Santos, para que, responsabilizasse pela firmação de comissão que organizariaas homenagens à *imigração* dos africanos para o Rio Grande do Sul.²²

O deputado Victor José Faccioni, presidente da Comissão Coordenadora do Biênio da Colonização e Imigração, na época, também secretário extraordinário para assuntos da Casa Civil do Estado do RS, discursou sobre a instalação dessa comissão e salientou:

O negro não foi imigrante nem colono. Mas foi peão de estância, foi domador, foi cavaleiro, foi soldado, foi revolucionário, foi braço anônimo que carregou pedra na construção ciclópica dos molhes de Rio Grande e braço que bateu pino [...], foi marinheiro – imperial marinheiro – na guerra do Paraguai e deu exemplo de amor à Pátria

[...]. Discurso proferido pelo deputado estadual Victor Faccioni. Assembleia Legislativa, Porto Alegre, 25 de março de 1974. (FACCIONI apud BENTO, 1976, p. 18, grifo nosso).

O parlamentar destacou a importância do braço negro desde a construção da Barra de Rio Grande e como imperial marinho, em alusão a Marcílio Dias, o que deve ter deixado Santos satisfeito, pois ele era rio-grandino. Logo depois, Victor Faccioni concluiu, comunicando que ao seu “digno colega de Assembleia Legislativa, o ilustre dep. Carlos Santos”, o governo do estado estava confiando a “presidência da Comissão de Homenagem ao Negro”. O deputado recebeu o convite com alegria.

Para Faccioni, a “comissão tinha por objetivo ser intérprete fiel dos sentimentos do povo gaúcho para quem jamais importou a cor da epiderme dos seus irmãos negros, mas o que se lhes vê nos olhos limpos e leais, sinceros e fraternos [...], corações de patriotas e de rio-grandenses”.

Em sua última ação discursiva na Casa, realizada no dia 26 de novembro de 1974, Santos disse: “Dentro do Biênio da Imigração e Colonização, ora em plena transcorrência no Rio Grande do Sul, o governo do Estado promoveu e o povo consagrou a exaltação da presença do negro na composição étnica e espiritual do homem sul-rio-grandense.” (Apud BENTO, Anais da Assembleia, Porto Alegre, out./dez. 1974, v. 271, p. 6).

Santos, na sequência de seu pronunciamento, relacionou a identidade negra ao continente africano, estabeleceu um diálogo até então inexistente em seus discursos, sobre a contribuição negro-africana na formação do estado, pois, antes, os africanos eram vistos como povos do exterior, com problemas raciais próprios. Agora, os africanos passam a ser relacionados aos desenvolvimentos cultural, social e econômico do Rio Grande do Sul.

Conforme Santos,

o inestimável alcance da contribuição africana no trabalho, nas expressões da cultura e vida social, na conquista e consolidação de nosso território, a formação, desenvolvimento e integração deste Estado, embasaram o diploma legal que determinou aquelas comemorações cuja Comissão Executiva me dei a insigne honra da Presidência. (ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, out./dez. 1974, v. 271, p. 6, grifo nosso).

O deputado presidiu comissão específica sobre a comunidade negra nas festividades do Biênio da Colonização e Imigração. Sua equipe de trabalho foi organizada com as seguintes subcomissões:

Quadro 1 – Subcomissões relativas aos Estudos sobre a Comunidade Negra no Biênio da Colonização e da Imigração

Subcomissão	Nomes
Com. de Assuntos Históricos e Culturais	Profa Geraldina da Silva
Comissão de Relações e Intercâmbios	Dr. Gilberto Brasil
Comissão de Festividades	Júlio Soares
Comissão de Imprensa	Dr. Elói Dias dos Ângelos

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos Anais da Assembleia, out./dez. 1974, v. 271, p. 107.

Conseguiram-se identificar, nesta pesquisa, por intermédio de correspondência e dos próprios Anais, duas personalidades negras de destaque nas associações negras porto-alegrenses: Júlio Soares e Elói Dias dos Ângelos.

Júlio Soares exerceu a presidência da Sociedade Beneficente Floresta Aurora de 1953 a 1955, e, entre 1960 e 1965, foi o presidente que mais anos esteve à frente da organização.²³ Sob seu comando, a sociedade tinha uma respeitável administração e uma intensa atividade associativa e informativa, principalmente no que diz respeito ao envio de correspondência aos seus associados e simpatizantes.²⁴ Já Elói Dias dos Ângelos, além de jornalista identificado com as causas da identidade negra na época, atualmente, continua produzindo em periódicos da Associação Negra de Cultura.²⁵

As seguintes ações foram realizadas pela comunidade negra nas festividades do Biênio da Imigração e Colonização:

- 1) festa solene na Igreja Nossa Senhora do Rosário com ato religioso;²⁶
- 2) sessão solene na Assembleia Legislativa;

- 3) *show* no Gigantinho com demonstrações afro-brasileiras e apresentação de cantores da música popular brasileira;
- 4) painéis e ciclos de estudos com a presença de Dante De Laytano; José Pompílio da Hora, que foi um dos integrantes do Teatro Experimental do Negro, Sejalmo Sebastião de Paula Nery, Neuza da Silva Vitória e George de Assumpção Alakija; exposição de motivos históricos e afro-brasileiros com apresentação audiovisual; e
- 5) finalmente, baile de exaltação afro-brasileira no Salão de Festas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.²⁷

Além dessas ações, Santos destacou a presença de representantes africanos em atividades dos ciclos de estudos, demonstrando, efetivamente, que as relações entre o Brasil (principalmente entre o Estado do Rio Grande do Sul) com os países africanos (contando com a mediação do tribuno) foram relevante nesse período.

Do púlpito do plenário, enfatizou:

Entre as figuras mais representativas do Estado e do País que prestigiaram as solenidades bienais com sua presença queremos destacar o mundo Diplomático Africano no Brasil, nas pessoas dos embaixadores da Costa do Marfim, Nigéria, Senegal e Zaire e representação de Gana, sendo que o ciclo de estudos foi realizado sob a presidência de Sua Excelência o Doutor Assene Bassirou Diouf, Embaixador do Senegal, representando também Sua Excelência o Doutor Alioune Sene, Ministro da Cultura de seu país. (ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, out./dez. 1974, v. 271, p.107, grifo nosso).

Essa participação, no Biênio da Colonização e Imigração no Rio Grande do Sul, não foi de ocasião. Destaca-se que “as representações diplomáticas africanas no Brasil e as brasileiras na África foram ampliadas no período de forma a dar mais densidade política à dimensão econômica das relações”. (SARAIVA, 1998, p. 169). Relações econômicas, políticas e culturais.

Conforme enunciou, a principal preocupação de sua última participação no parlamento sul-rio-grandense foi motivada por duas situações, ambas referentes ao Biênio da Imigração e da Colonização: a

primeira era a transcrição, nos Anais da Casa, do discurso do embaixador da Costa do Marfim, Seydou Diarra, e a segunda preocupação era divulgar no parlamento as conclusões dos ciclos de estudos afro-brasileiros. Ambas as ações compunham atividades alusivas às efemérides do biênio.

A carta de Seydou Diarra, transcrita por Santos nos Anais da Assembleia, de certa maneira, surpreendeu sob o ponto de vista de como os africanos percebiam o Brasil, o que se constituiu em paradoxo do que estava ocorrendo no pensamento e nas ações de Santos, que anunciava, preocupado, o aumento da discriminação racial em nosso cotidiano, como escreveu Diarra:

Caros Irmãos,

No momento em que festejais, juntamente com outros irmãos brasileiros de origem diferente, a lembrança da colonização e da imigração dos vossos, nesta parte do Continente Americano, é-nos muito agradável saudar a memória de tantos pioneiros que contribuíram – com tanto esforço e suor – para o engrandecimento desta Nação Brasileira, hoje tão imponente. Quando nos voltamos para o passado e a História nos revela como desembarcastes neste país, somos intimamente tomados de profunda admiração e, por que não dizer, de veneração pelo espírito de concórdia e de pacífica coexistência que reina no seio de vossa grande sociedade, este meiting-por²⁸ de mais de cem milhões de pessoas. (ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, out./dez. 1974 v. 271, p. 108, grifo nosso).

Diarra teceu rasgados elogios à democracia racial brasileira. Para representantes da comunidade negra, como Abdias do Nascimento (1914-2011),²⁹ essa condição de multiracialidade do Brasil no Exterior era fruto da ideologia de harmonia racial difundida por meio de *slogans* sobre igualdade, apresentando nosso país no Exterior como modelo de convivência racial. (NASCIMENTO, 1968, p. 3).

Seguindo a carta, Diarra, disse que os brasileiros eram

membros de uma comunidade na qual simbiose e osmose constroem um único mundo e, conseqüentemente, uma lição para a humanidade, caros irmãos afro-brasileiros, nós só podemos admirar e apreciar vossa dignidade e vosso humanismo que são também nossos. Saibaas,

simplesmente, que neste período de evocação histórica, sentimo-nos mais do que nunca ao vosso lado e vos exortamos a elaborar sem tréguas pela causa da melhor compreensão entre os homens. Nossa satisfação hoje é grande, de ver [sic] livres e felizes integrando uma sociedade multirracial sem complexos. (ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, out./dez. 1974, v. 271, p. 108, grifo nosso).

Essa correspondência de Diarra parece estar descompassada com os novos pensamentos de Santos, justamente ele que estava combatendo os “pruridos racistoides”. Ainda, segundo a carta de Diarra,

apesar da distância que nos separa, o oceano entre nossos Continentes – testemunha de nossa história comum – constitui um traço de união entre nossos povos e suas ondas – que se quebram infatigavelmente em nossos litorais – se movem ao ritmo de nossos corações de irmãos por longo tempo separados que festejam o reencontro em meio a alegria, paz e concórdia. Desejamos pleno sucesso as vossas manifestações – símbolo de amizade e de fraternidade entre as raças. (ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, out./dez. 1974, v. 271, p. 108, grifo nosso).

Ambassador

(a) Seydou Diarra. [...].

Observa-se que o espírito de concórdia, de pacifismo e de multirracialidade brasileira era respeitado por Seydou Diarra, o que, de certa maneira, era constantemente procurado por Santos; contudo, os “pruridos racistoides” jamais, em nosso entendimento, significaram regra na sociedade vivida por ele, mas exceções. Mazelas pontuais que deveriam, energeticamente, ser combatidas sob o risco de virarem regra.

Contudo, para Abdias do Nascimento (1968, p. 3), “a democracia racial servia ainda para manter o negro enganado e domesticado”. Com isso não se concorda, pois, por meio dessa ideologia, protagonistas políticos como Carlos Santos mantinham sua agenda política, não somente com retrocessos, mas com avanços possibilitados por negociações.

Todavia, concorda-se que a carta de Diarra tinha um tom de alguém de fora, que percebia as relações étnico-raciais brasileiras, o que, de certa

maneira era explorado pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), dos militares, que divulgavam o Brasil como paraíso racial.

Por outro lado, as conclusões do Ciclo de Estudos, que ocorreram nas atividades relativas ao negro no Biênio da Imigração e da Colonização, tinham uma proposta diferente, ou seja, nitidamente de quem estava vivenciando novas demandas da identidade negra brasileira.

No Ciclo de Estudos, os participantes concluíram – conforme “conferências e programações específicas” – a “necessidade de promover maior integração do negro no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade brasileira, tendo em vista seu valor no contexto geral do país”.³⁰ Ora, se o Brasil fosse harmônico ou plenamente multirracial, não necessitaria de ações como essa. O certo é que, para atingir esse objetivo de integração, segundo a intervenção do deputado por meio de documento (re)passado à taquigrafia da casa, os participantes enfatizaram a necessidade de:

- a) conscientização de si mesmo;
- b) conhecimento dos direitos e deveres como integrante valioso e imprescindível da sociedade a qual pertence;
- c) aceleração do processo intencional de mudança da própria imagem no panorama sociocultural, através da atividade de autoformação, orientadas e estruturadas pelos agentes da educação;
- d) reativação dos valores familiares orientados especialmente com vistas a unidade comunitária;
- e) atuação da Escola e dos Órgãos comunitários como instrumentais de serviço e de valorização do negro e de sua integração como Pessoa Humana no contexto brasileiro considerando que seu acesso a níveis mais elevados deve ser embasado na espiritualidade, cultura e política.
- f) quanto à execução dos objetivos traçados se fez necessária a criação de um Centro de Cultura Afro-Brasileira no âmbito estadual estruturado em centros pilotos a nível municipal incumbido de promover divulgação e manter intercâmbio com associações congêneres. Tal organismo teria como requisito primordial para a participação, evidência do interesse do participante. (ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, out./dez. 1974, v. 271, p. 108, grifo nosso).

Além desses itens, bibliografia foi indicada com vistas a possibilitar pesquisa sobre o negro brasileiro e, por fim, “na mesma linha de

pensamento e ação, os participantes do Ciclo de Estudos Afro-Brasileiros” propuseram-se a dar continuidade às ideias manifestadas.³¹

Demonstrando reconhecimento dos problemas enfrentados pelos negros brasileiros, principalmente em relação ao item *e* que primava pela “Atuação da Escola e dos órgãos comunitários como instrumentais de serviço e de valorização do negro e de sua integração como Pessoa Humana no contexto brasileiro”, caracterizando o oposto do que foi escrito no documento formulado pelo embaixador da Costa do Marfim, Seydou Diarra, via o Brasil sob o seu ponto de vista, como “exemplo multirracial”.

Santos, encerrando seu discurso, com a sensação de ter agido da melhor maneira possível a respeito da comunidade negra sul-riograndense, disse que “pelo expressivo conteúdo social e humano, merecem de fato esses dois documentos figurar nos Anais da Casa do Povo Rio-grandense”. E, finalizando suas falas, no parlamento do Estado, concluiu:

É válido ainda o ensejo para registrarmos aqui, como presidente da Comissão Executiva, os mais efusivos agradecimentos a quantos de qualquer modo, nos setores oficiais ou privados, oferecerem sua inestimável contribuição para o êxito pleno de que se revestiram o Rio Grande do Sul, as celebrações em homenagem ao Negro no Biênio da Imigração e Colonização [sic]. Muito obrigado.³²

Na publicação de monografia referente aos negros e seus descendentes no Rio Grande do Sul, de autoria de Claudio Moreira Bento (1976), também publicada dentro das atividades do biênio e prefaciado por Santos, o parlamentar escreveu:

Reafirmo aqui a assertiva de que o negro não foi colono nem imigrante. Na autenticidade de sua figura máscula de fator de trabalho, riqueza e prosperidade e desenvolvimento econômico, grandeza material e moral do Brasil, ele não revelou do imigrante, os anelos da Pátria adotiva nem do colono, as cogitações da devoluta terra para o amanhã compensador. O negro veio apenas para trabalhar, empenhando o braço, as energias, o sangue, a liberdade, a vida, tudo enfim, e se fazer presente com a mescla de seus atributos mais ricos, na formação da própria nacionalidade em construção. (SANTOS, 1976, p. 1, grifo nosso).

Conforme as afirmações grifadas, o parlamentar considerou os imigrantes europeus mais privilegiados que os negros africanos, pois ganharam terras devolutas para trabalhar, o que compensou todo e qualquer tipo de sofrimento. Quanto aos negros, esses vieram somente para trabalhar e lutar pela sua liberdade; como fator positivo, o deputado afirma que esses atributos foram ricos, enfatizando que a “própria nacionalidade estava em construção”, estabelecendo, definitivamente, o oposto do que ele próprio pensara por muitos anos: o Brasil era uma nação formada pela “fusão de raças”.

Santos, interpretando a contribuição da pesquisa monográfica em questão, disse:

Poderia motivar que velhos critérios viessem positivar o entrelaçamento positivo do negro na História e vida e nos destinos do Rio Grande do Sul [...] para aprimorar os padrões da nossa convivência inter-racial, mas vive obstinada na preocupação meramente indagativa da existência, ou não do racismo entre nós, pode haurir disposição e entusiasmo bastantes para a conjugação de esforços no brasileiro da luta real e democrática contra os focos do estúpido preconceito. (SANTOS, 1976, p. 8, grifo nosso).

No descrito acima, Santos percebeu claramente o problema do racismo. O parlamentar via nessa publicação o resultado de algo há muito esperado, já que resumiu, parafraseando Claudio Moreira Bento, que afirmou:

A inspiração do governo e povo do Rio Grande do Sul, em boa hora resolveram, numa iniciativa sem precedentes, homenagear os rio-grandenses de ascendência africana negra que ajudaram a construir a grandeza do Rio Grande do Sul durante quase três séculos e meio. O governo e Povo do Rio Grande do Sul “resgatarão” [sic], assim, uma grande dívida histórica. (ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, out./dez. 1974, v. 271, p. 108, grifo nosso).

Interessante é notar que o deputado, ao citar a homenagem aos “rio-grandenses de ascendência africana-negra”, projeta uma identidade híbrida, uma identidade diaspórica (GILROY, 1993), pois, agora, para Santos, era legítima a identidade negra reivindicar seus elos com o

Continente Africano. Antes, seus discursos primavam pelo distanciamento da África, pois “as representações do continente eram hostis à democracia racial vivenciada no Brasil”. (GOMES, 2014, p. 519).

Outra situação a se referenciar foi proposição direta ao governo, publicada em sua obra sobre a contribuição dos negros: “resgatarão” uma grande dívida histórica. Sim, “resgatarão”, o deputado usou esse verbo, parafraseando Cláudio Bento, no futuro. Em um jogo semântico, seria possível interpretar que Santos, à luz de Bento (1976), estava afirmando que o Rio Grande do Sul ainda não compensou o negro pela sua contribuição na formação cultural, econômica e social desse estado sulino. Seria essa uma alusão às políticas reparatórias?

Em outra passagem da abertura da obra, Santos, nitidamente convicto das façanhas dos heróis gaúchos na *Guerra dos Farrapos*, ressaltou que o historiador militar Claudio Moreira vinha contribuindo fielmente para pesquisas reativas ao negro no estado, ao demonstrar que “a paz de ‘Poncho Verde’, final da Revolução Farroupilha, foi a primeira libertação em massa de escravos negros no Brasil”, demonstrando acreditar, assim como Claudio Bento (1976, p. 172), “na surpresa de Porongos, em 14 de novembro de 1844.”

E o historiador militar vai mais longe ao afirmar:

O sacrifício dos Lanceiros Negros para salvar ao máximo o exército, o ideário da República Rio-Grandense, é comovente e deve emocionar todo filho do Rio Grande do Sul, justificando uma homenagem póstuma, ainda que tardia, do Governo e Povo do Rio Grande do Sul. (BENTO, 1976, p. 173).

Tanto Bento quanto Santos defendiam a *surpresa* e não a *traição* no episódio ocorrido na Serra de Porongos, fato já superado na historiografia, visto que, por meio de documentação, a ciência histórica elucidou que David Canabarro, em negociação com o Barão de Caxias, juntos acertaram matar “os negros e poupar o sangue de índios e brancos”. (MESTREI, 1993; FLORES, 2004; LEITMAN, 2007).

Convém salientar que essas palavras foram escritas em 1976, período em que o parlamentar já estava exercendo seu mandato como deputado federal, em Brasília. Portanto, tem-se a projeção de uma nova fase em sua luta política.

Claudio Moreira Bento, no final de sua obra, relacionou os negros de destaque na sociedade sul-rio-grandense, na época. E, ao destacar Santos como “um dos mais antigos parlamentares do Brasil”, enfatizou:

Na Câmara Federal vem desenvolvendo o melhor de seus esforços: experiência parlamentar, inteligência e espírito cristão, em prol do excepcional e do menor abandonado [...]. Tribuno vibrante e inspirado, coube-lhe saudar em Sessão Solene do Congresso Nacional, em 14 de outubro de 1975, o presidente da República do Gabão [...]. Por sua contribuição com a Unidade Nacional e a solução de problemas sociais, poderíamos sintetizar: Carlos Santos – Apóstolo da Paz Social e da Unidade Nacional e Anjo Negro protetor dos menores abandonados e excepcionais do Brasil. (BENTO, 1976, p. 253, grifos nossos).

Claudio Bento (1976) indicou algumas práticas políticas que foram continuadas por Santos na Câmara dos Deputados, em Brasília, como: a questão do menor excepcional, as relações com a África e a construção da unidade nacional, pois, mesmo intervindo a favor das causas sociais e das minorias étnicas, o parlamentar jamais referiu que a resolução dos problemas raciais ou sociais do País devessem ocorrer por meio de políticas ou ações que estimulassem conflitos ou divisões.

Conclui-se que, nesse contexto de aproximações culturais, políticas e econômicas, a alusão aos africanos e ao seu continente passou a ter um espaço privilegiado no Brasil (a bem da verdade em crise), bem como no Estado do Rio Grande do Sul. Devido a isso, Santos, por meio de sua trajetória de vida particular e pública, baseada em seu histórico familiar, comunitário e parlamentar, na ampla defesa da comunidade negra, foi convidado a representar esse grupo identitário na Comissão do Biênio da Colonização e da Imigração, permitindo, assim, a visibilidade parlamentar de suas ações, como representante das demandas da identidade negra sul-rio-grandense. Além de uma homenagem coletiva, era uma homenagem individual a um parlamentar assumidamente negro que estava deixando a sua participação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, para cumprir mandato na Câmara Federal, em Brasília.

Notas

¹ Em 1737, sob o comando do Brigadeiro Silva Pais, por ser uma região em disputa, Portugal ocupou definitivamente Rio Grande, construindo uma fortaleza e uma colônia de povoamento. Em 1751, a povoação foi elevada à categoria de vila, com a instalação de uma Câmara e a definitiva institucionalização do domínio político português. (TORRES, 2004; KUHN, 2002).

² O caldeireiro é responsável por executar o traçado de peças em material de aço carbono, inox, cobre, alumínio, chapa de ferro, etc.

³ Deputado classista foi uma categoria de deputado criada na Constituição brasileira de 1934, que procurou assegurar a representação dos trabalhadores no parlamento, consolidando a organização das categorias em sindicatos. Conforme registrado no primeiro discurso de Santos como deputado classista na Assembleia, em 26 de outubro de 1935, o político relacionava de maneira peculiar, a causa dos trabalhadores à situação dos negros após 1888, ano formal da libertação. Mas, para ele, a carta de alforria dos trabalhadores deveria ser na “letra e na prática” ao invés da saída do cativo a execução do “código de trabalho”, possibilitando uma nova abolição ou como costumava dizer, “uma segunda abolição”. (SANTOS, 1937, p. 36).

⁴ No campo da disputa política para enfrentar a *redemocratização*, mesmo fora do poder, Getúlio Vargas cria dois partidos dirigidos a diferentes clientelas: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O

primeiro reunia ruralistas, banqueiros, industriais e altos administradores, e o segundo, além de reunir representantes da burguesia urbana, se concentrava na organização da liderança trabalhista. Porém, Ferreira explica que, no Rio Grande do Sul, o PTB foi fundado exclusivamente por um grupo de sindicalistas, que, desde 1930, lutavam por leis sociais e reconhecimento político. O historiador assevera que a fundação do partido no estado, por José Vecchio, em 1945, foi o resultado das tradições que circulavam entre os próprios trabalhadores, antes e depois de 1930. O PTB, em última análise, era para ele a institucionalização do trabalhismo em um partido político. (SADER, 1982, p. 138; FERREIRA, 2004, p. 279-294).

⁵ Carlos Santos foi o orador do discurso de colação de grau de sua turma, realizada no Teatro 7 de Abril, na cidade de Pelotas, no dia 22 de dezembro daquele ano. (SANTOS, 1951, p. 1-22).

⁶ Com 38.665 votos, o deputado estadual Santos, na época com 69 anos de idade (completaria 70 anos no dia 9 de dezembro), obteve a 16ª colocação do Partido do MDB, em um total de 20 eleitos, ficando com a vaga de deputado federal. Portanto, essa atividade pode ser considerada sua última ação no parlamento sul-rio-grandense.

⁷ As comemorações do Biênio da Colonização e Imigração estavam relacionadas aos grupos alemães que imigraram e colonizaram o Rio Grande do Sul, de 1824/1825, portanto, as atividades do Biênio comemorado pela Assembleia do Estado faziam referência aos 150 anos desse acontecimento.

⁸ Gertz (2011, p. 258) aponta a outros grupos de imigrantes que vieram nessa fase para nosso Estado: além dos alemães, vieram italianos, japoneses, judeus, poloneses.

⁹ Existiu, a partir da crise do petróleo de 1973-1974 a clara determinação do Brasil de atingir os mercados africanos. A diversificação da exportação associada às restrições impostas pelo protecionismo das grandes economias mundiais ajudaram, em muito, a inclinação brasileira pelo comércio com países daquele continente. (SARAIVA, 1998, p. 168).

¹⁰ A democracia racial – forte ideologia da época – representada pela *harmonia racial* existente em nosso país, todavia, um mito aceito por Santos. Entretanto, à sua maneira, ele, sempre que possível, criticou as relações raciais brasileiras, mas de maneira diferente dos movimentos negros que primavam por reparações e pela aceitação simples e pura do racismo. Santos insistia no preconceito, baseado na cor da pele e nas condições econômicas de cada um citando o mérito, a exemplo da crença nos estudos, como uma das maneiras de o negro superar as dificuldades cotidianas. (GOMES, 2014, p. 111).

¹¹ ANAIS da Assembleia, Porto Alegre, maio 1963, v. 175, p. 186-189.

¹² Jornal *A ALVORADA* de Pelotas, 10 ago. 1934. p. 1. A Frente Negra Brasileira, organização negra, fundada em São Paulo, e as sua existência em diversos cantos do Brasil, com núcleos na Bahia, no Rio Grande do Sul e em Pernambuco. (GOMES, 2014). Na historiografia brasileira, bem como em outras áreas das ciências humanas, existe um número considerável de pesquisas sobre a Frente Negra, bem como sobre os congressos afro-brasileiros e negros. (LUNA, 1976; FERNANDES, 1978; BASTIDE, 1979; SINGER; BRANT, 1980; MOURA, 1992-1994; BARBOSA, 1998; LONER, 1999; BACELAR, 2001; LANNES, 2002; NASCIMENTO, 2002-2004; SANTOS, 2000-2011; MUNANGA, 2004; GOMES, 2005; DOMINGUES, 2005; OLIVEIRA, 2006).

¹³ A palavra *discriminar* significa *distinguir, diferenciar, discernir*. A discriminação racial pode ser considerada como a prática de racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se nas doutrinas e nos julgamentos, nas concepções de mundo e nas crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam. (GOMES, 2005, p. 55).

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o *outro*. Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. (GOMES, 2005, p. 43).

¹⁶ Berstein (2003, p. 60-61) ensina que a realidade vivida pertence à esfera do concreto cotidiano, e o campo político, à esfera do discurso e das representações especulativas, e que não existe passarela natural entre as duas. É nesse espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, para articular, na linguagem que lhes é

própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações. A mediação política assume a tradução. Santos seria o tradutor político dos pensamentos das identidades dos pescadores artesanais e do grupo negro no PTB, e desse, no Estado.

¹⁷ Santos era um intelectual, homem esclarecido. Devido a isso utilizava com inteligência a palavra “prurido” em seus discursos com consciência, pois sentia essa situação como algo desagradável permeando as relações entre brancos e negros brasileiros no que tangia à cor da pele. Pois, prurido (do latim *pruritu*), designado também por coceira ou comichão, corresponde a uma sensação desagradável causada por doenças ou agentes irritantes, que levam o indivíduo a se coçar à procura de alívio, e constitui uma das queixas mais comuns dentro das patologias dermatológicas.

¹⁸ Entre as intervenções, a atividade de pesca (113), foi a mais destacada ação política de Santos, que também ocorreu por meio de homenagens (64), aspectos da Região Sul do Estado (45), o menor deficiente (17), catolicismo (17), situação política do País (15,5), trabalhadores e sindicatos (14,5), educação (12), previdência social (5), habitação (2) e idoso (2). Apenas 10 intervenções efetuadas pelo político, perfazendo menos de 4% do total, ficaram sem definição temática e, por isso, foram identificadas como *outras*.

¹⁹ Nesse contexto, foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp). Baseada em uma visão sobre o futuro positivo do Brasil, como analisou Carlos Fico (1997), essa agência ressignificou os conteúdos de longa duração existentes na “alma” da sensibilidade poética brasileira, “advindos desde os mitos expressos no longínquo campo literário, poemas, textos, milhões de falas e de imagens ao longo dos séculos”. Devido à criação da Aerp ter ocorrido no contexto do chamado “milagre econômico”, foi possível o desenvolvimento de uma retórica sobre a “grandeza viável e tangível do Brasil”. Afinal de contas, o País estava “predestinado” às benesses. Para Carlos Fico, “divulgar as grandezas do Brasil nunca será considerado ato de propaganda, mas recurso pedagógico realista”. (1997, p. 74-81).

²⁰ Negritude é um conceito polissêmico, como observou Zilá Bernd. A referência, nessa tese é a interpretação da negritude em sentido amplo, que remete à vontade de ser, à afirmação da validade universal do negro e não à ideológica, que especificou a raça e a sua supremacia sobre o universal (1987, p. 31), embora as tensões em torno do conceito sejam identificadas nos discursos do deputado.

²¹ A Frente Negra Brasileira, organização negra, fundada em São Paulo, e a sua existências em diversos cantos do Brasil, com núcleos na Bahia, no Rio Grande do Sul e em Pernambuco. (GOMES, 2014). Na historiografia brasileira, bem como em outras áreas das ciências humanas, existe um número considerável de pesquisas sobre a Frente Negra, bem como sobre congressos afro-brasileiros e negros. (LUNA, 1976; FERNANDES, 1978; BASTIDE, 1979; SINGER; BRANT, 1980; MOURA, 1992, 1994; BARBOSA, 1998; LONER, 1999; BACELAR, 2001; LANNES, 2002; NASCIMENTO, 2002, 2004; SANTOS, 2000, 2011; MUNANGA, 2004; GOMES, 2005; DOMINGUES, 2005; OLIVEIRA, 2006).

²² Carlos Santos em nenhum momento comparou como ocorreram as dinâmicas da vinda dos grupos étnicos para o Estado, já que os africanos vieram como escravizados, mas promoveu aspectos relacionados à contribuição africana ao estado, demonstrando que incitar conflitos étnicos não era característica de suas ações.

²³ A Sociedade Beneficente Floresta Aurora nasceu no dia 31 de dezembro de 1872. É a sociedade negra mais antiga do Brasil fundada por Polydorio Antônio de Oliveira, negro forro, na cidade de Porto Alegre. (MÜLLER, 1999).

²⁴ A correspondência utilizada foi localizada no acervo particular de José Domingos Silveira Alves. José tem 74 anos de idade e é conhecido como “catador de papéis”. Para saber mais acerca de José e de seu importante acervo ver: Pereira (2006). Para um estudo detalhado sobre as trocas epistolares entre as organizações negras, GOMES, A. S. 2010 Gomes (2010).

²⁵ A Associação Negra de Cultura foi fundada por Oliveira Silveira (1941-2009), Evandoir dos Santos e Maria Cristina dos Santos.

²⁶ A Irmandade do Rosário foi criada em Porto Alegre, no ano de 1786. Formada, em um primeiro momento por um grupo de negros livres e escravizados, consolidou-se via ocupação de um espaço

burocrático com regras definidas pela Igreja Católica. Criou-se uma comunidade de resistência negra dentro da estrutura da Igreja. O objetivo desses negros era a defesa de seus interesses e a busca de ascensão social. Muitos negros tinham posses e capital. Liane Muller (1999) investigou as origens dessa irmandade, bem como algumas figuras de destaque. Por intermédio de sua pesquisa, compreende-se que, a partir da Irmandade do Rosário, muitos negros que dela participaram destacaram-se na organização de jornais e na criação de associações e entidades negras. Entre elas, a Sociedade Beneficente Floresta Aurora, de 1872.

²⁷ ANAIS da Assembleia, Porto Alegre, out./dez. 1974, v. 271. p. 107.

²⁸ Caldeirão de etnias, adaptação, modelagem.

²⁹ Fundador do Teatro Experimental do Negro em 1944, no Rio de Janeiro. Abdias foi para o autoexílio nessa época. Na década de 1980 elegeu-se deputado e senador do Brasil. É considerado um dos mais importantes líderes da causa negra no parlamento brasileiro. (SANTOS; SALES, 2009).

³⁰ ANAIS da Assembleia, Porto Alegre, out./dez. 1974, v. 271, p. 108.

³¹ Ibidem.

³² Ibidem.

Referências

- ANAIS da Assembleia do RS. Porto Alegre, 1947-1974. Acervo do Memorial da Assembleia Legislativa, Porto Alegre, RS.
- ARENDR, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- _____. *O que é política? Fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BENTO, Cláudio Moreira. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)*. Porto Alegre: IEL, 1976. p. 1.
- BERND, Zilé. *A questão da negritude*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERUTE, Gabriel Santos. Características mercantis do tráfico negreiro no Rio Grande de São Pedro, c.1790-c.1825. In: MOSTRA DE PESQUISA APERS – PRODUZINDO HISTÓRIA A PARTIR DE FONTES PRIMÁRIAS, 5., 2007, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Corag, 2007. p. 153-166.
- BERSTEIN, Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003. p. 60-61.
- BUENO, Clodoaldo. Da Agroexportação ao desenvolvimentismo (1889-1964). In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2002. p. 149-363.
- NASCIMENTO, Abdias. *80 Anos da Abolição*. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1968. p. 1-175.
- CANTO, Rafael Antunes do. *O cotidiano das gentes do mar no atlântico dos séculos XV e XVI e suas relações a bordo das embarcações e em terra*. Porto Alegre, UFRGS, Monografia de História, 2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67213/000872614.pdf?sequence=1>. Acesso em: 8 mar. 2014.
- CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. *Carlos Santos: uma biografia*. Porto Alegre: PUCRS, 1994.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, UFF, n 23, 2007, p. 108.
- ELMIR, Cláudio Pereira. *Os 170 anos do parlamento gaúcho: a democracia reconquistada (1983-2004)*. Porto Alegre: Corag, 2005. v.5.
- ENCÍCLICA PAPAL RERUM NOVARUM. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html. Acesso em: 12 jun. 2012.
- FERREIRA, Jorge. Ao mestre com carinho, ao discípulo com carisma: as cartas de Jango a Getúlio. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escritas de si, escritas da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 142.
- GERTZ, René. A colonização no período republicano: segunda fase. In: CARELI, Sandra da Silva; KNIERIM, Claudio. *Releituras do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 2011. p. 243-264.

- FLORES, Hilda Agnes Hubner. *Alemães na Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.
- FLORES, Moacyr. *Negros na Revolução Farrroupilha*. Porto Alegre: EST, 2004.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro como contracultura da modernidade*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- GOMES, Arilson dos Santos. O trabalhismo e o movimento social negro brasileiro (1943-1958). *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, ago./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/08p177.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2013.
- GOMES, A. S. 2010. _____ . Correspondências pessoais como fontes de reconhecimento da história de indivíduos e das organizações negras. *Fato&versões*, v. 2, p. 21-39, 2010.
- _____. Prelúdios de um encontro histórico envolto a discursos: o dia em que o político negro cortejou o mestre-sala dos mares (1959). In: SILVA, Gilberto Ferreira; _____. *O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas políticas de Carlos Santos (1959-1974)*. PPGH-PUCRS, Tese de Doutorado, 2014.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Educação anti-racista caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03*. Brasília: SECAD/MEC, 2005. (Coleção Educação Para todos).
- GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel: a política e o Estado Moderno*. 1980.
- HEINZ, Flavio M. (Org.). *O parlamento em tempos interessantes – Breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982*. Porto Alegre: Corag, 2005.
- HUNSCHE, Carlos H. *O Biênio 1824-25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*: Província de São Pedro. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1975.
- KUHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.
- LEITMAN, Spencer. Os Farrapos negros e a política da escravidão. *Sonhos de Liberdade, coleção Sujeito e Perspectiva*, Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007. p. 51-69.
- LONER, Beatriz Ana. Gerações e conjunturas: a família Silva Santos. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 6., 2013, Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anaís/27/1363121657_ARQUIVO_geracoes_econjunturas.pdf. Acesso em 21 de jul. 2013.
- _____. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937*. 1999. Tese (Doutorado) – UFRGS, Porto Alegre, 1999.
- MAESTRI, Mario. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.
- MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IEL, 1975.
- MÜLLER, Liane Suzan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia: Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920*. 1999. 253 f. Dissertação (Mestrado) – PUCRS, Porto Alegre, 1999.
- ORLANDI, Eni. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- PEREIRA, Lúcia Regina Brito. *Estratégias negras e educação*. Porto Alegre: VI Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos – PUCRS, 2006.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.

- REVISTA DO GLOBO, Porto Alegre, n. 556, p. 34-37, 15 mar. 1952, Acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa.
- SADER, Éder. Um rumor de botas – Ensaios sobre a militarização do Estado na América Latina. *Coleção Teoria e História 11*. São Paulo: Editora Pólis, 1982.
- SANTOS, Augusto dos. “O negro no Poder” no Legislativo: Abdias do Nascimento e a discussão racial no Parlamento brasileiro. In: MENDES, Amauri; SILVA, Joselina (Org.). *O movimento negro brasileiro: escritos e sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009. p. 127-163.
- SANTOS, Carlos. *O problema da pesca no RS*. Porto Alegre: Corag, 1967.
- _____. *A predestinação do Direito*. Rio Grande: Tipografia Leão XIII, 1951.
- _____. *Sucata*. Livraria do Globo: Porto Alegre, 1937.
- SANTOS, José Antônio. *Prisioneiros da história: trajetória de intelectuais na imprensa negra meridional*. 2011. Tese (Doutorado em História) – PPGH PUCRS, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/15/TDE-2011-08-29T161019Z-3414/Publico/433237.pdf>. Acesso em mar. 2012.
- SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos. *RS Negro – cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EdPUCRS, 2010, p. 283-302.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. A África e o Brasil: encontros e encruzilhadas. *Revista Ciências e Letras FAPA 21/22*, África Contemporânea. Porto Alegre: Ed. Ponto e Vírgula. Novembro de 1998, p.113-172.
- SILVA, Neiva S. da. *Experiência em família*. Porto Alegre. 26 out. 2007. Entrevista concedida a Arilson dos Santos Gomes.
- TORRES, Luiz Henrique. *Parlamentares gaúchos*: Carlos Santos, trajetória Biográfica. Porto Alegre: Corag, 2004.
- TORRES, Luiz Henrique. Ciência Oceanográfica, Academia e o Progresso Industrial: Rio Grande na década de 1950. *Revista Historiae*, Rio Grande, v. 2, n. 2, p. 175-188, 2011.

